

COLEÇÃO GARIBALDINA: INTERMEDIações E CONSTRUções EM UM PATRIMÔNIO CATARINENSE

Fábio Andreas Richter (UFSC)¹

Resumo: O texto procura abordar questões que envolveram a constituição e o reconhecimento de uma coleção de objetos relacionados ao casal Giuseppe e Anita Garibaldi, com sua elevação a patrimônio cultural catarinense e subsequente compra pelo governo estadual. Procura abordar a natureza pessoal, social, política e conjuntural envolvida no processo, como forma de entender a complexidade que envolve as relações estabelecidas com bens culturais.

Palavras-chave: Coleção. Patrimônio. Santa Catarina.

Abstract: The text seeks to address issues that involved the constitution and recognition of a collection of objects related to the couple Giuseppe and Anita Garibaldi, with their elevation to the cultural heritage of Santa Catarina and subsequent purchase by the state government. It seeks to address the personal, social, political and conjunctural nature involved in the process as a way of understanding the complexity that surrounds established relationships with cultural goods.

Key words: Collection. Cultural Heritage. Santa Catarina.

¹ Doutorando em História pela UFSC, Mestre em História pela UDESC e Graduado em História pela UFSC. Historiador da Fundação Catarinense de Cultura e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da UFSC.

A partir da primeira quinzena de julho, parte daquele que era considerado o maior acervo particular sobre a saga da heroína Anita Garibaldi estará exposto a visitação pública em Laguna Sul do Estado. A coleção formada por livros, quadros, moedas, armas e outros objetos recolhidos pelo escritor e historiador Wolfgang Ludwig Rau em várias partes do mundo ao longo de mais de 40 anos de pesquisa foi cedida oficialmente no sábado ao município de Laguna pelo governo do Estado. [...] A coleção foi comprada com recursos do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura. Para Elizabete Pires, este é o mais completo acervo sobre a heroína Anita Garibaldi. “É a primeira vez que vejo um governo adquirir e repassar para uma prefeitura um acervo histórico tão importante”, comemorou a gerente de Museus (CAVALLAZI, 2002, p.21).

A reportagem veiculada no dia 17 de junho de 2002, por um jornal de circulação estadual em Santa Catarina, noticiou a iniciativa do poder executivo estadual de entregar a prefeitura de Laguna aquela que era considerada uma importante coleção de objetos, feita por um particular, relacionada a uma destacada personagem da história catarinense.

O acontecimento ilustra até onde pode chegar o ato de colecionar, ato que leva ao estabelecimento de acervos das mais diversas naturezas e temas, acervos que, por sua vez, acabam se prestando aos mais variados fins, inclusive ao de se tornarem bens patrimoniais de uma coletividade.

A existência de uma coleção pressupõe algo ou alguém que a forme. Apesar de existirem coleções formadas por entidades coletivas, sejam grupos de pessoas ou instituições, são comuns aquelas formadas por uma única pessoa.

O ato individual de acumular determinados objetos, que atribui a seu praticante o título de colecionador, frequentemente traz consequências que extrapolam os desejos individuais, sendo comum o ingresso desse acervo na esfera pública, o que amplia e dá novos significados ao conjunto por ele formado.

Walter Benjamin ao tratar do ato de colecionar, destacou com relação ao seu agente que “[...] a existência do colecionador é uma tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem” (2012, p.233). Neste sentido, cabe refletir como essa tensão do indivíduo também repercute momentos históricos, expectativas, ou mesmo ordens sociais e consequentemente abre espaço para

a construção de ligações e apropriações pelo restante da sociedade a ponto de criar algo considerado patrimônio simbólico dela.

O caso da Coleção Garibaldina permite uma série de reflexões sobre atitudes humanas e suas consequências sociais nas relações estabelecidas com bens simbólicos em termos individuais e grupais, especialmente pelo fato dela ter sido considerada, como justificativa para seu processo de compra, um patrimônio do estado de Santa Catarina².

Neste sentido, cabe uma reflexão preliminar sobre a natureza do patrimônio cultural e a forma como as pessoas se relacionam com ele. O patrimônio cultural é um tema cuja amplitude comporta uma multiplicidade de objetos e manifestações, sendo as coleções uma de suas possibilidades. Já os sentimentos e atitudes relacionados ao patrimônio formam vínculos cujas explicações vão muito além de um “dever” para com a coletividade que o assume, existindo algo que, para alguns, simplesmente “ressoa” junto aos indivíduos quando de sua apresentação a ele.

A noção de ressonância, conforme proposta por Sthepen Greenblatt (Apud GONÇALVES, 2005, p.19), diz respeito ao

[...] poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.

A representação de semelhantes forças envolve igualmente o compartilhamento coletivo de percepções a respeito das mesmas, com repercussões nas mais diversas instâncias de ação social, tanto estatais como não.

Sendo assim, conforme assinala José Reginaldo Gonçalves (2005), o reconhecimento dos objetos que compõem um patrimônio, não depende

2 Conforme o Projeto de Lei Estadual nº 032.9/2001, disponível no setor Memorial da Assembleia Legislativa de SC. A coleção foi comprada na época (maio de 2001) pelo valor de R\$100.000,00, o que em valores atualizados para dezembro de 2016 corresponde a R\$ 329.000,00 (Valor atualizado conforme ferramenta de cálculo disponibilizada pelo Banco Central do Brasil - disponível no site <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice> acessado em 10/01/2017).

exclusivamente da vontade e decisão política de uma agência do Estado, mas de encontrar ressonância junto a seu público.

Por outro lado, no Brasil, paralelamente a existência ou não dessa ressonância, ocorreu efetivamente todo um processo de construção do patrimônio cultural levado a cabo por diversas instâncias relacionadas ao Estado. Essa atuação foi condicionada em grande medida pelas ações de intelectuais que acabaram de variadas formas intervindo nas iniciativas estatais a partir do século XX.

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) destaca já nas décadas iniciais do século XX a movimentação de intelectuais como Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa, que depois se integrariam ao movimento modernista brasileiro. A autora também assinalou atuações como a conferência “A Arte Tradicional no Brasil” feita por Ricardo Severo em 1914, pessoa ligada ao movimento neocolonial³ e a criação em 1934 da Inspetoria dos Monumentos Nacionais por Gustavo Barroso, diretor do Museu Nacional, iniciativas de grupos e movimentos que concorriam por afirmarem suas ideias na cena patrimonial brasileira ao longo das décadas iniciais do século XX. A disputa entre esses grupos envolveu temas e maneiras de atuar sobre um patrimônio que se entendia representativo do Brasil como nação.

As preocupações dos diversos ramos de intelectuais com o que deveriam ser as manifestações da nação brasileira, a serem protegidas, revelaram as maneiras com que elas eram imaginadas. Nos dizeres de Benedict Anderson (2005), como comunidade política, envolve igualmente entender seus limites e a maneira como justifica sua soberania, algo que deriva da forma como essa comunidade foi imaginada, ou se imaginou em determinados momentos.

Paralelamente às movimentações de intelectuais, ocorreu em 1937 a instalação do chamado “Estado Novo”, que desenvolveu intensas mudanças na realidade brasileira. Instalou-se naquele momento não só um novo governo, mas uma nova ordem política, econômica e social, na qual o ideário do patrimônio

3 Movimento que buscou propor novas bases para a modernização da arquitetura no Brasil, defendendo as manifestações artísticas tradicionais como expressões da nacionalidade e elementos de constituição da arquitetura brasileira, teve como base o culto à tradição e a exaltação das raízes culturais e étnicas portuguesas (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2017).

passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado (FONSECA, 2005).

Por sua vez, a disputa ocorrida entre os intelectuais nas décadas iniciais do século XX, resultaria na hegemonia das ideias modernistas na formação do contexto patrimonial, levado a cabo pelo Estado brasileiro.

Já o Modernismo enquanto movimento teria surgido, segundo Antônio Candido (Apud FONSECA, 2005), como uma ruptura com a tradição literária-cultural brasileira herdada dos períodos colonial e imperial. Essa tradição, segundo o autor, não havia sido alterada pela República e se apresentava como rebuscada, acomodada, produtora de imagens distorcidas, ideologicamente ligada ao nacionalismo e incapaz de construir no nível da elaboração estética uma representação crítica do real.

A atuação dos intelectuais modernistas foi marcante não só nas concepções patrimoniais, mas também na estruturação dos órgãos estatais que deveriam atuar com o patrimônio, dentre os quais se destaca o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁴.

A criação do SPHAN esteve diretamente ligada a atuação de Gustavo Capanema (1934-45) no Ministério da Educação e Saúde (MES), onde como ministro estabeleceu uma aliança com intelectuais modernistas relacionada ao trato dos monumentos⁵ tanto como testemunhos do passado, como nas grandes obras feitas naquele momento, as quais tinham como exemplo a nova sede do MES que estava sendo construída (1939-45) no Rio de Janeiro (LONDRES, 2001).

Nesse trato com os monumentos, os modernos acabaram estabelecendo no ministério Capanema uma hegemonia sob a liderança de Lúcio Costa, o qual propôs uma leitura da arquitetura moderna que a vinculava ao passado por meio de valores eternos (pureza das formas, o lirismo, o equilíbrio, etc.)

4 O SPHAN foi criado por decreto presidencial de 30 de novembro de 1937, tendo sido dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade de 1937 até 1969 (FGV/CPDOC, 2017).

5 O sentido dado aqui aos monumentos é o de serem feitos para lembrar, de memória (LONDRES, 2001). Trata-se ainda de uma percepção embasada por Jacques Le Goff (2003), no sentido de situar a memória coletiva como a forma científica que a história assume, estabelecendo a existência de duas formas básicas relacionadas a tal memória, as quais seriam os monumentos (a herança do passado) ligados ao poder de perpetuação das sociedades históricas e os documentos (a escolha do historiador) produtos da sociedade que os fabricaram segundo relações das forças que nela detinham o poder.

característicos da tradição mediterrânea de gregos e latinos e retomados no *Quatrocento*, identificando esses princípios naquele que seria o período fundador da arquitetura brasileira, os séculos XVII e XVIII (LONDRES, 2001).

Por outro lado, a vertente sob a liderança intelectual de Lúcio Costa, tendo os arquitetos como especialistas do campo do patrimônio,

“[...] esteve igualmente assentada nas teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura. Essa perspectiva justificava o predomínio da proteção de bens materiais, especialmente arquitetônicos, relativos ao período colonial ” (CHUVA, p. 154).

A perspectiva de atuação patrimonial brasileira privilegiou inicialmente os bens arquitetônicos, fazendo da materialidade, da salvaguarda de bens físicos o foco maior de sua atenção.

A tarefa assumida pelo Estado brasileiro em 1937, ficou a seu encargo até os anos 1970, quando começaram a surgir órgãos estaduais e municipais espelhados na legislação e práticas do SPHAN (CHUVA, 2011). A linha de atuação do órgão federal acabou dessa maneira influenciando, ou mesmo condicionando o agir da maior parte das instituições estatais que surgiriam posteriormente no país para lidar com o patrimônio, tanto em nível estadual quanto municipal. A relação com estilos artísticos e arquitetônicos, fatos e personagens históricos seria recorrente nas fundamentações de salvaguarda.

Por sua vez, as coleções salvaguardadas pelo órgão federal acabaram sendo proporcionalmente menores em número, no universo de bens patrimoniais protegidos pelo órgão federal, comparadas a atenção dada às edificações.

Os relatórios de bens tombados pelo IPHAN apontam um total de 1113 bens tombados⁶ até o ano de 2014, sendo que destes, 17 foram classificados

6 Tombamento é um instrumento jurídico criado por lei federal–Decreto-lei nº25 de 1937 (DL 25/37) – que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos. (RABELLO, 2016, p.02-03). O tombamento visa impedir intervenções que destruam ou mutilam o bem cultural, sendo as eventuais intervenções de conservação, ou restauração, submetidas à autorização do órgão técnico responsável.

como coleções e acervos e 7 como coleções e acervos arqueológicos (BRASIL, 2015).

Uma análise da lista de bens tombados e processos em andamento desde o início de atuação do órgão em 1938 até o ano de 2016 (BRASIL, 2016) revelou 63 registros de processos classificados como coleções e acervos, sendo que destes 27 foram tombados, 2 estavam tombados provisoriamente, 18 estavam em instrução e 16 tiveram seu tombamento indeferido.

Apesar de os registros acessados não permitirem estabelecer a totalidade da composição tipológica das coleções e acervos tombados, ou em instrução pelo IPHAN, a denominação dos mesmos revela um predomínio de temas relacionados a objetos musealizados, peças arqueológicas, etnográficas, sacras, religiosas, armas, artes plásticas, enfim, objetos tridimensionais. Os registros analisados também não permitiram identificar a maneira como foram constituídas as coleções, se por iniciativa institucional, coletiva ou individual.

Já em Santa Catarina, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), órgão do poder executivo estadual criado no ano de 1979, tombou mais de 360 bens edificadas e somente uma coleção. O Acervo Antropológico do Padre João Alfredo Rohr, abrange peças coletadas durante os trabalhos de prospecção arqueológicas de seu autor, sendo igualmente tombada em nível federal.

Todavia, a existência de coleções entre os bens tombados demonstra que na dinâmica que se estabeleceu com relação ao patrimônio cultural, elas são passíveis de terem a atenção dos órgãos responsáveis pelo patrimônio, embora no caso federal as motivações dessa atenção ainda precisem ser adequadamente entendidas.

A constatação do caráter patrimonial que podem assumir as coleções retoma a necessidade de entender a forma como elas acabam se relacionando, ou mesmo mediando, desejos e entendimentos individuais com aqueles de coletividades.

A coleção Garibaldina foi criada pelo imigrante teuto-suíço Wolfgang Ludwig Rau (1916-2009). Ele migrou com seus pais da Alemanha para Santa Catarina em 1930, tendo morado inicialmente no município de Lages e depois em Florianópolis.

Rau exerceu a profissão de arquiteto, tendo sido responsável pelo projeto de prédios como o Palácio das Secretarias Estaduais (1955), situado na Praça XV de Novembro no centro de Florianópolis (PRAZERES, 2012). Projetou igualmente as igrejas católicas das paróquias de Santo Antônio no bairro Campinas em São José/SC, Nossa Senhora da Glória no bairro Estreito em Florianópolis/SC e Nossa Senhora dos Navegantes no município de Governador Celso Ramos/SC.

A atuação de Rau não se limitou a região de Florianópolis, tendo projetado o Cine Marajoara (1947) em Lages/SC, o Cine Mussi (1950) em Laguna/SC (ELÍBIO JR, 2014), além dos monumentos construídos em Laguna para homenagear Jerônimo Coelho, Domingos de Brito Peixoto, Giuseppe Garibaldi e o Marco do Tratado de Tordesilhas ⁷.

A ligação de Rau com os Garibaldi teve, segundo ele, seu contato inicial por meio de comentários de seu pai, que era admirador de Giuseppe e dele falava quando a família ainda morava na Europa, sem todavia, mencionar Anita⁸.

Já a atenção para Anita teria sido despertada pela incumbência recebida de desenhar, para a Associação Filatélica de Santa Catarina, uma folhinha de Primeiro dia de Emissão, para 14 de abril de 1967, destinada ao selo postal de uma série em homenagem a mulheres brasileiras célebres (RAU, 1975). Segundo Rau (1975), naquela época teriam começado suas pesquisas e estudos programados sobre Anita, os quais ao longo dos anos se desdobrariam em pesquisas pela América do Sul e Europa, motivando-o a redigir uma biografia documentada sobre ela.

O esforço resultou numa série de publicações⁹ sobre o casal Garibaldi, mas em especial sobre Anita. A principal obra, intitulada “Anita Garibaldi: O

7 CF. Valmir Guedes. Disponível em <http://valmirkuedes.blogspot.com.br/2014/07/o-mais-do-mesmo.html> acesso em 10/01/2017

8 Entrevista realizada com Wolfgang Ludwig Rau pelo Jornal São José em Foco em 31/07/2008, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ZDkQa2isj_0, acessado em 10/01/2017.

9 - A heroína Anita Garibaldi : uma revelação farroupilha em território catarinense : breve análise de sua personalidade. 48 p. Florianópolis, Ed. do Autor, 1986.

- Anita Garibaldi : o perfil de uma heroína brasileira. 524 p. Florianópolis, Ed. do Autor, [s.d.][s.l.], EDEME, 1975.

- As sucessoras de Anita Garibaldi : Marquesa Giuseppina Raimondi 1860, Dona Francesca Armosino 1880 : apontamentos para a história privada do General José Garibaldi. 100 p. Florianópolis, Ed. do Autor, 1987.

- Cronologia de Giuseppe e Anita Garibaldi : 1807-1882. 43 p. Florianópolis, Conselho Estadual de Cultura, 1982.

Perfil de uma Heroína Brasileira”, foi publicada em 1975 e teve seu prefácio feito por Oswaldo Rodrigues Cabral, onde o historiador catarinense reconheceu o mérito da pesquisa realizada por Rau.

Por outro lado, houve igualmente ao longo da pesquisa um investimento na coleta não só de documentos que fornecessem informações sobre Anita, mas de objetos a ela relacionados, de forma direta ou indireta. Esse investimento reflete a concepção do colecionador sobre a legitimação proporcionada pelos documentos (em diferentes formatos ou suportes), os quais devem espelhar ou confirmar as informações presentes nas publicações realizadas.

O acervo da coleção é extremamente heterogêneo contando com elementos que amparam as publicações de Rau, como documentos impressos, manuscritos, cartas, fotos, gravuras e mapas, mas também *souvenirs* (cinzeiros, chaveiros, etc), bustos, armas, utensílios domésticos, selos postais, maquetes, objetos arqueológicos e de uso campeiro, além daqueles com uma clara função de relíquia como um pedaço do mastro do navio utilizado por Giuseppe Garibaldi para tomar Laguna em 1839, um pedaço do piso da casa onde Anita morreu na Itália e terra da primeira sepultura de Anita.

A notoriedade de Rau, que passou a ser considerado o “maior biógrafo de Anita Garibaldi”, acabaria transmitindo a marca de sua autoridade aos objetos por ele coletados (ELÍBIO JR, 2014). A coleção possuía em seu último levantamento 19.113 itens nos mais diversos formatos e suportes.

O motivo da notoriedade do trabalho de Rau esteve em grande medida relacionado aos interesses que o tema foco de sua coleção, o casal Garibaldi, despertou, sendo que Anita Garibaldi é uma personagem que sofreu diversas apropriações ao longo do tempo.

As percepções sobre Anita envolveram ao longo do tempo torná-la uma heroína do Movimento Republicano no Brasil, pelo seu envolvimento com a República Juliana, um exemplo de valores cívicos, de representar o protagonismo lagunense no campo político, de ser exemplo de patriotismo,

- Onde Nasceu a Lagunense Anita Garibaldi : depoimento sobre o lugar de nascimento e resumo biográfico da heroína dos dois mundos. 28 p. Florianópolis, Ed. do Autor, 1982.

- Vida e Morte de José e Anita Garibaldi : cronologia ampliada : 1807 - 1882. 134 p. Laguna, SC, Ed. do Autor, 1989.

nacionalismo e civilidade e, ao final do século XX, de mulher emancipada (ELÍBIO Jr, 2000).

Já em termos individuais e pessoais, Rau destacou em falas públicas que suas pesquisas e publicações eram uma forma de retribuir ao Brasil e Santa Catarina a acolhida que ele teria recebido junto com sua família, além das realizações proporcionadas¹⁰. Apesar dessa afirmação não expor a totalidade de interesses do colecionador¹¹, certamente ela mostra a face mais aceitavelmente pública das motivações de seu trabalho de décadas.

A preocupação manifesta no discurso de Rau em fazer algo que, segundo suas palavras¹², não fosse meramente por uma compensação financeira, envolve igualmente algo já apontado por Marcel Mauss (2003), onde receber uma dádiva resulta numa expectativa, ou mesmo, dever de retribuí-la.

Por sua vez, a maneira como ocorreu a retribuição de Rau, que envolveu um esforço em evidenciar aquela que era entendida como uma grande personagem de uma coletividade, certamente dialogou com expectativas de uma “comunidade imaginada” para um país, ou mesmo um Estado e quem sabe para uma municipalidade. O sentido heroico que atribuiu à Anita Garibaldi era algo esperado e mesmo consumido por um público não só situado, mas também ligado de variadas formas (política, cultural, econômica) ao espaço de Laguna.

Por outro lado, um aspecto que também deve ser considerado foi o momento no qual a Coleção Garibaldina foi elevada a patrimônio catarinense a ponto de ser comprada.

O ano de 1999 foi marcado na cidade de Laguna pelas comemorações dos 150 da morte de Anita Garibaldi. Dentre as várias homenagens realizadas em sua memória, no dia 4 de agosto, data da morte de Anita, foi instalada a sede

10 Entrevista realizada com Wolfgang Ludwig Rau pelo Jornal São José em Foco em 31/07/2008, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ZDkQa2isj_0 acessado em 10/01/2017.

11 Durante o documentário “Anita Garibaldi-Amores e Guerras”, feito em 1999, ao ser inquerido pelo jornalista Paulo Markum, Rau acaba declarando que seu interesse por Anita possuía igualmente um caráter afetivo-amoroso (ANITA, 1999). Já Antônio Elíbio Jr (2014) observou que o colecionismo empreendido por Rau também pode ser percebido como um instrumento de neutralização dos efeitos de adaptação da vinda de sua família para o Brasil, além de tais “reliquias” terem tido o compromisso de assegurar a inserção de Rau em sociedades filantrópicas e culturais como a Associazione Nazionale Veterani e Reduci Garibaldino e Federazione Garibaldina ambas sediadas em Roma, na Sociedade Literária Luiz Delfino de Florianópolis, subsidiando igualmente a obtenção de medalhas e honrarias no Brasil, França, Itália e o título de “Cidadão Lagunense” conferido pelo município.

12 Entrevista realizada com Wolfgang Ludwig Rau pelo Jornal São José em Foco em 31/07/2008, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ZDkQa2isj_0 acessado em 10/01/2017.

do governo de SC (executivo, legislativo e judiciário) em Laguna, transformando o município na capital estadual por um dia.

Paralelamente ocorria na época uma movimentação liderada pelo advogado Adílzio Cadorin, integrante do movimento separatista o Sul é o Meu País, para quem Anita era considerada uma “lutadora pela libertação dos povos” da República Catarinense, Rio Grandense, Uruguaia e Romana, tendo assim solicitado ao poder Judiciário para que reconhecesse oficialmente a nacionalidade brasileira e a naturalidade lagunense de Anita, autorizando dessa forma o seu registro civil tardio (ELÍBIO Jr, 2000). Essa iniciativa visava subsidiar o pedido de repatriação dos restos mortais de Anita da Itália para Laguna (MARTINS, 1999).

Cadorin, além de lançar na época uma publicação com a biografia sobre Anita, também acabou integrando a comissão organizadora dos festejos comemorativos ao sesquicentenário da morte de Anita. A comissão foi criada pelo governo estadual e dela fizeram parte secretários estaduais (Gabinete do governador, Educação, Casa Militar), os reitores da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), desembargadores, o prefeito de Laguna, presidentes da Santa Catarina Turismo S/A(SANTUR), das Fundações Estaduais de Desporto, de Cultura e Fundação Cultural Lagunense (FCL). Segundo Cadorin¹³, essa comissão acabou agregando aos seus trabalhos o objetivo de buscar transladar os restos mortais de Anita da Itália para Laguna, contando também com o apoio da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC).

O interesse pelos restos físicos de Anita sugere não só a intensidade emprestada pela personagem a determinadas concepções políticas, mas o quanto relíquias podem amparar não só o sentido atribuído a determinados espaços geográficos e seus integrantes, mas também serem utilizadas para apoiar determinados projetos de futuro.

Por outro lado, é interessante verificar que a comissão organizadora fora criada pelo então governador Esperidião Amin Helou Filho (1999 a 2002), o

13 Movimento de repatriamento dos restos mortais de Anita. Disponível em <http://www.paginadogaucha.com.br/bibli/anita-23.htm> acesso em 11/01/2017

mesmo que acabaria solicitando e efetivando a compra da Coleção Garibaldina no ano de 2001.

O governador Amin esteve igualmente envolvido nos seus mandatos em ações voltadas a patrimonialização da Guerra do Contestado. O tema do Contestado já havia sido utilizado anteriormente por Amin, entre 1982 e 1986, como símbolo da força dos catarinenses na busca por justiça e defesa de seu território, período no qual foram patrocinados pelo governo estadual a realização de estudos, publicações, vídeos, além da construção e implantação de marcos físicos (monumentos e placas) em locais do estado onde se deram eventos relativos ao Contestado (RICHTER, 2013).

O tema foi retomado no mandato de 1999 a 2002, onde houve o investimento no projeto e criação de um parque temático¹⁴ relacionado ao Contestado na cidade de Irani/SC, além da promulgação de leis estaduais que reconheciam a bandeira dos rebeldes como símbolo regional de Santa Catarina e instituição da Semana do Contestado que deveria comemorar anualmente o evento entre 20 e 27 de outubro (RICHTER, 2013).

As diversas ações patrocinadas pelo governador em seus mandatos revelam uma disposição em investir no aspecto patrimonial de determinados temas relacionados ao estado catarinense, não só subsidiando grupos, mas também investindo recursos técnicos, físicos, políticos e financeiros do governo estadual.

A análise do período onde ocorreu a compra da Coleção Garibaldina, revela a confluência de uma série de atores e acontecimentos que parecem favorecer não só uma preocupação com determinados acontecimentos e personagens da história catarinense, mas também a efetivação de ações que

14 O projeto previa a construção de diversas estruturas no terreno da cidade de Irani, onde teria ocorrido o primeiro combate da Guerra. Seria edificada uma recepção que disponibilizaria informações turísticas, uma Casa da Memória, uma Igreja (Capela do Monge), dois terminais de trem e linha férrea para deslocamentos dentro do parque, redomas de policarbonato cobrindo o local do combate, o túmulo do monge e a vala dos 21 (onde foram sepultados os outros mortos do combate), além de uma Cidade Santa construída no formato de cruz, com 24 edificações. O Parque contaria também com um anfiteatro de 645m² para trabalhar luz, imagens e som, com arquibancada para 1.200 lugares integrada à paisagem de um morro fronteiro ao palco, além de camarins que ficariam junto ao palco em uma ilha artificial em um lago. O parque chegou a ser inaugurado em outubro de 2001, mas a maior parte das estruturas não foi construída, existindo atualmente, no terreno destinado ao parque, um pequeno museu, o antigo cemitério da região, trilhas com plaquetas indicativas e informativas, além das ruínas do anfiteatro no lago artificial e suas arquibancadas em meio às matas da encosta fronteira a ele (RICHTER, 2013).

visassem a constituição de bens patrimoniais ligados aos mesmos, sejam na forma de eventos, espaços, objetos, relíquias ou mesmo uma coleção.

Apesar dessa confluência de atores e acontecimentos, quando de sua compra e entrega ao município de Laguna, a proeminência e atenção dada à Coleção Garibaldina não manteve a mesma intensidade ao longo dos anos. A entrega ocorrida em junho de 2002 no regime de comodato se deu na expectativa de que o acervo fosse exposto no Museu Anita Garibaldi em Laguna. Todavia a Coleção acabaria sendo alocada de forma provisória nos mais diversos espaços da cidade. Tais lugares não possuíam capacidade de guardar de forma segura a totalidade do acervo, além de não permitirem sua adequada consulta e mesmo visitação.

A precariedade da situação motivou seguidas reuniões entre a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), responsável legal pela Coleção, e a prefeitura de Laguna ao longo de 14 anos. Todavia, apesar dos reiterados compromissos assumidos por diferentes administrações municipais, os problemas da existência de uma sede adequada para a Coleção, seu precário armazenamento e manutenção nunca foram solucionados.

A ausência de soluções, somada a constatação de situações de abandono e negligência, com danos e o extravio de peças da Coleção, acabaram levando a sua retirada da posse da prefeitura de Laguna e sua entrega à UDESC sob a tutela de seu Campus de Laguna¹⁵ em maio de 2016.

Considerações finais

Uma análise da trajetória da Coleção Garibaldina revela a intervenção de diversos aspectos no seu destino e constituição como patrimônio cultural. Questões pessoais de seu formador, Wolfgang Ludwig Rau, relacionadas a sua intimidade e uma preocupação em retribuir se somaram e dialogaram com os interesses de comunidades políticas que viam em Anita um símbolo de causas

15 Portaria FCC nº40, de 28/10/2015, que cria a Comissão de Transição do Acervo Garibaldina que transfere a posse da Fundação Cultural de Laguna para a UDESC/Laguna e nomeia os seus membros. Publicada no Diário Oficial de Santa Catarina de 04/11/2015.

que engrandeceriam sua cidade e Estado natais. Apesar do conquistado renome de Rau como biógrafo de Anita, é interessante notar que a elevação de sua coleção da esfera privada para a pública se deu dentro de uma conjuntura específica que envolveu o sesquicentenário da morte de Anita e a existência de uma administração estadual favorável a valorização desse acervo, do tema e da constituição de patrimônios culturais para Santa Catarina por meio de uma atuação governamental que não excluiu o uso de recursos políticos, físicos e financeiros.

Uma expectativa de retribuição, sentimentos íntimos a comunidade imaginada, movimentações da política institucionalizada do aparelho do Estado a ressonância, são questões que envolveram não só a criação, mas também o trânsito de um conjunto de objetos chamados Coleção Garibaldina por diversas situações ao longo do tempo.

Há certamente outras interpretações que podem ser dadas a situação dessa Coleção, o que evidencia a importância de se considerar as coleções não só como elementos acabados, mas como resultados de processos ligados a interesses, valores e perspectivas tanto individuais como sociais. Trata de algo que proporciona uma oportunidade de entender melhor a natureza do ser humano e as intermediações que estabelece com objetos e outros seres humanos.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2005.
- ANITA Garibaldi - **Amores e Guerras**. Direção de Paulo Markun. Produção de Olívio Lamas. [s.i]: TV Cultura e TV Senac, 1999. DVD (53 min.), DVD, son., color. Documentário.
- BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única**. 6ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Relatório de Atividades 2011-2014**. [2015]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/RelatorioIPHAN2014_final.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento**. 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- CAVALLAZI, João José. **Laguna ganha acervo sobre Anita**. Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, 17/06/2002, p. 21. [Disponível na Biblioteca Pública do Estado de SC, em Florianópolis/SC]
- CHUVA, Marcia. IN **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.37-49.
- CPDOC/FGV (Rio de Janeiro) (Org.). **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>>. Acesso em: 09 jan. 2017.
- ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **Do colecionismo privado à Musealização do Objeto**: a trajetória da Coleção de Wolfgang Ludwig Rau. Revista Memória em Rede, Pelotas/RS, v.4, n.10, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/228>>. Acesso em 10 jan. 2017.
- ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **Uma heroína na história**: representações sobre Anita Garibaldi. Florianópolis, 2000. 140f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

ENCICLOPEDIA ITAÚ CULTURAL (Org.). **Neocolonial**. Enciclopédia. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3809/neocolonial>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. ver. Ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC – Iphan, 2005

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.15-36, jan/jun, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LONDRES, Cecília. **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MARTINS, Celso. **Registro de Anita Garibaldi**. Jornal A Notícia, 04/08/1999, Disponível em <http://www1.an.com.br/anita/anita3.htm>. Acesso em 11/01/2017.

MAUSS, Marcel. Marcel Mauss: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PRAZERES, Edson Murilo. **Da Provedoria da Província à Secretaria de Estado da Fazenda (1837-2012) 175 anos da Secretaria de Estado da Fazenda**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

RABELLO, Sonia. **O Tombamento**. Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf(1).pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RAU, Wolfgang Ludwig. **Anita Garibaldi**: o perfil de uma heroína brasileira. Florianópolis: Edeme, 1975.

RICHTER, Fábio Andreas. **A Guerra do Contestado**: elaborações e transformações na Memória e Patrimônio Cultural. In: XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH - conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal-RN. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH - conhecimento histórico e diálogo social, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364434077_ARQUIVO_Conte](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364434077_ARQUIVO_Conte%20stadoelaboracoestransformacoesmemoriapatrimonio-FINAL.pdf)>. Acesso em 16 jan. 2017.